



INCLUSÃO DE ALUNO AUTISTA NO CONTEXTO ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

Alda de Paiva Almeida¹

Ronny Diogenes de Menezes²

Resumo

Este trabalho visa elencar algumas considerações sobre as estratégias para a inclusão no cotidiano escolar e as principais dificuldades de alunos com deficiência. Foi analisada especificamente a inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista, relatando algumas características importantes que devem ser consideradas. O processo de inclusão deve partir de um trabalho coletivo de todos os membros da escola, além dos pais dos alunos. É impossível ter êxito se não houver o comprometimento e, principalmente, se a escola não garantir os direitos dos alunos com algum tipo de deficiência. É necessário que o corpo docente amplie seu conhecimento para que consiga atender às necessidades específicas dos alunos com autismo, por isso, a formação continuada dos professores é considerada de extrema importância. Precisa-se encontrar uma saída pedagógica para cada aluno, sempre estando atento que cada caso, cada aluno que possui deficiência deve ser avaliado individualmente, pois mesmo que haja mais de um aluno com a mesma deficiência, muitas vezes o desenvolvimento da criança até aquele momento possui necessidades, dificuldades e características diferentes, por isso os professores devem estar em constante diálogo.

Palavras-chave- Inclusão, Autismo, Formação continuada.

1 INTRODUÇÃO

A inspiração para a realização do estudo do transtorno autista surgiu a partir da necessidade vivenciada em sala de aula do ensino fundamental, diante dos primeiros contatos com estudantes com autismo decorrente do trabalho docente. Perante os comportamentos diferenciados e até mesmo exacerbados de crianças e adolescentes com o transtorno, observou-se uma necessidade pessoal de estudo para conhecimento do transtorno em si e de estratégias que possam atingir o maior desenvolvimento possível do aluno.

¹ Discente do curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico. E-mail: aldinhapaiva@hotmail.com.

² Professor orientador do Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - Campus Avançado Uberaba Parque Tecnológico. E-mail: ronny.diogenes@hotmail.com



O trabalho em uma sala de aula é um desafio constante e trabalhar com alunos com o transtorno do espectro autista é desafiador. Por isso, há necessidade de uma compreensão maior acerca do transtorno e, neste sentido, as escolas devem estar atentas às estratégias que precisam desenvolver, a fim de promover a inclusão dos alunos com deficiência.

As modificações na escola devem ser introduzidas a partir das discussões com a equipe técnica, os alunos, os pais e os professores (MRECH, 1987 apud POLI, [2020?]). Deve-se levar em consideração que a escola tem que criar uma organização nova, não somente relacionada à infraestrutura, mas principalmente recriar novas formas de avaliação e flexibilizar os espaços e tempos escolares, para que assim possa atender às necessidades dos alunos com deficiência.

O Projeto Político Pedagógico da escola deve ser revisto para contemplar vários requisitos, principalmente o aparato técnico que as salas devem ter para atender aos alunos com deficiência, além de um melhor planejamento em relação à avaliação da turma. Esse é um ponto interessante que deve ser repensado pelos professores e não somente em relação aos alunos com deficiência, mas todos.

Muitas vezes o processo de avaliação não leva em consideração as principais qualidades e potências dos alunos, ou seja, a aplicação da nota não deve ser pensada somente através de provas escritas, pois, às vezes, o aluno terá o entendimento do conteúdo, mas dificuldades em escrevê-lo ou vice-versa. Os professores devem acompanhar a evolução de cada aluno, levando em consideração suas particularidades e não os avaliar mediante processo comparativo.

O papel da escola é atender os alunos com deficiência sem discriminá-los e integrá-los ao processo de ensino juntamente aos demais alunos. A escola não deve trabalhar à parte com os alunos, sem estabelecer regras específicas para se planejar, para aprender e para avaliar (currículos, atividades e aprendizagem para alunos com deficiência e com necessidades educacionais especiais).

Por isso, é necessário que o professor planeje suas aulas de forma que todos os alunos sejam contemplados, escolhendo com cuidado os materiais que adotará bem como a metodologia e a avaliação que utilizará nas turmas que têm aluno com deficiência.



2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Menali (2015), atualmente há várias síndromes sendo verificadas pela psicologia e medicina, sendo que essas duas áreas do saber buscam um tratamento adequado e que seja eficiente para cada caso. Especificamente, o autismo traz uma maior preocupação nas áreas médica e da educação, uma vez que este diagnóstico é considerado complexo.

A autora supracitada salientou que autismo não se trata de uma lesão neurológica e que alguns sintomas que pessoas autistas apresentam como perdas cognitivas, repertório repetitivo, falta de interação social e problemas na comunicação podem estar relacionados a outras doenças psicológicas.

Para Menali (2015, p. 13), “[...] o diagnóstico do autismo é dado praticamente de avaliação médica e observação comportamental. Outro fator que dificulta o laudo é a questão de generalização de comportamentos”. A autora trouxe como exemplo casos de crianças que possuem dificuldade de relacionar-se, que não conseguem manter uma relação simples, como olhar nos olhos de outra pessoa ao conversar e se concentrar, além de dificuldade em relação à linguagem. Essas características podem ser diagnosticadas com outros problemas psicológicos que não o autismo, tais como: esquizofrenia; hiperatividade; transtornos de linguagem, de humor e ansiedade.

Menali (2015) ainda apontou outra dificuldade em relação ao diagnóstico de autismo, quando a família da criança não aceita o laudo do especialista e prefere recorrer a outros médicos. A não aceitação dos pais, sem dúvida, é um dos fatores que mais podem prejudicar a criança. A autora relatou que, após avaliações e pesquisas a respeito das especificidades de cada transtorno e problema psicológico, o diagnóstico de cada transtorno ficou mais preciso e citou o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5).

Segundo algumas considerações desse manual da Associação Americana de Psiquiatria (2014, p. 94) em relação ao diagnóstico do autismo, considera-se:

A- Déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, conforme manifestado pelo que segue, atualmente ou por história prévia: 1. Déficits na reciprocidade sócio emocional, variando, por exemplo, de abordagem social anormal e dificuldade para estabelecer uma conversa normal a compartilhamento reduzido de interesses, emoções ou afeto, a dificuldade para iniciar ou responder a interações sociais. 2. Déficits nos comportamentos comunicativos não verbais usados para interação social, variando, por exemplo, de comunicação verbal e não verbal pouco integrada a anormalidade no contato visual e linguagem corporal ou déficits na



compreensão e uso gestos, a ausência total de expressões faciais e comunicação não verbal. 3. Déficits para desenvolver, manter e compreender relacionamentos, variando, por exemplo, de dificuldade em ajustar o comportamento para se adequar a contextos sociais diversos a dificuldade em compartilhar brincadeiras imaginativas ou em fazer amigos, a ausência de interesse por pares. B. Padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades, conforme manifestado por pelo menos dois dos seguintes, atualmente ou por história prévia: 1. Movimentos motores, uso de objetos ou fala estereotipados ou repetitivos (p. ex., estereotípias motoras simples, alinhar brinquedos ou girar objetos, ecolalia, frases idiossincráticas). 2. Insistência nas mesmas coisas, adesão inflexível a rotinas ou padrões ritualizados de comportamento verbal ou não verbal (p. ex., sofrimento extremo em relação a pequenas mudanças, dificuldades com transições, padrões rígidos de pensamento, rituais de saudação, necessidade de fazer o mesmo caminho ou ingerir os mesmos alimentos diariamente). 3. Interesses fixos e altamente restritos que são anormais em intensidade ou foco (p. ex., forte apego a ou preocupação com objetos incomuns, interesses excessivamente circunscritos ou perseverativos). 4. Hiper ou hiper-reatividade a estímulos sensoriais ou interesse incomum por aspectos sensoriais do ambiente (p. ex., indiferença aparente a dor/temperatura, reação contrária a sons ou texturas específicas, cheirar ou tocar objetos de forma excessiva, fascinação visual por luzes ou movimento). C: Os sintomas devem estar presentes precocemente no período do desenvolvimento (mas podem não se tornar plenamente manifestos até que as demandas sociais excedam as capacidades limitadas ou podem ser mascarados por estratégias aprendidas mais tarde na vida). D. Os sintomas causam prejuízo clinicamente significativo no funcionamento social, profissional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo no presente. E. Essas perturbações não são mais bem explicadas por deficiência intelectual (transtorno do desenvolvimento intelectual) ou por atraso global do desenvolvimento. Deficiência intelectual ou transtorno do espectro autista costumam ser comórbidos; para fazer o diagnóstico da comorbidade de transtorno do espectro autista e deficiência intelectual, a comunicação social deve estar abaixo do esperado para o nível geral do desenvolvimento.

Esse manual é muito relevante, pois além de citar os principais diagnósticos das pessoas autistas, é uma forma de o corpo docente conhecer as dificuldades desses alunos no âmbito escolar e, principalmente, elaborar estratégias para a melhor metodologia que deve ser adotada em sala de aula.

Lira (2004, p. 11-12) trouxe algumas características de pessoas autistas:

O autismo identifica uma síndrome onde as dificuldades relacionais estão presentes desde o início da vida, que se evidenciam no social por problemas permanentes em estabelecer contatos e relações com os outros. A ciência até hoje não conseguiu explicar a síndrome e os déficits que a acompanham, mas sabe-se que comprometimentos na área social acabam afetando em diferentes níveis o desenvolvimento da linguagem e da aprendizagem de regras e padrões sociais, pois estes são desenvolvidos e aprendidos no grupo. Consequentemente, se a linguagem e a aprendizagem se mostram comprometidas no autismo por uma dificuldade relacional, comprometidas também se mostrarão suas formas de se comunicar e se comportar em sociedade, que serão evidenciadas por um padrão de comportamento pouco usual para nossos costumes.

Infelizmente, nas disciplinas de graduação e licenciatura nas universidades não há muito a se oferecer em relação à educação inclusiva. É um grande desafio quando o



professor, ao atuar em sala de aula, se depara com um aluno com alguma deficiência. Por isso, é de extrema necessidade que os professores busquem cursos de formação continuada que trabalhem com a inclusão.

Lira (2004), ao trabalhar com a educação voltada para aluno autista, disse que este é um desafio para as escolas, principalmente para os professores, uma vez que eles não podem adotar um sistema de aprendizagem metódico, com base em metodologias prontas e conservadoras. O professor precisa analisar diferenciadamente a sua prática em sala, ter atenção à emissão de sons e gestos do aluno autista, pois esta é a linguagem utilizada por ele.

Lira (2004, p. 13) assim relatou: “Implica que o professor aprenda a utilizar outras linguagens além da verbal, que aprenda a ler o sentido do silêncio, dos rituais repetitivos e dos comportamentos estranhos.”.

Freire (1989), em seu um estudo de caso sobre a alfabetização de adultos no país de São Tomé e Príncipe, disse que o processo de alfabetização está muito distante de apenas saber ler a palavra escrita. Para Freire, a linguagem é algo mais complexo e amplo. Por isso, é necessário que os educadores considerem que a linguagem vem muito antes da escrita ou do ato de ler, vem da experiência dos sujeitos com o seu mundo imediato.

Ademais, vale destacar que os cursos de formação continuada são importantes para que esse profissional entenda as características inerentes às principais deficiências, as formas de agir, como criar novas estratégias de ensino e para que consiga perceber que mesmo que haja mais de um aluno que apresente o mesmo tipo de deficiência, neste caso o autismo, sempre haverá características diferentes em relação aos sintomas e desenvolvimento escolar.

Por isso, é imprescindível que haja a participação dos pais dos alunos com deficiência no dia a dia da escola e dos seus filhos, pois eles podem ajudar o professor a entender as especificidades e subjetividades dos seus filhos.

Nessa perspectiva, Menali (2015, p.37) relatou que

A criança autista deve ser estimulada não só no ambiente escolar, mas também na relação com sua família. [...] aceitar a particularidade de cada filho, para assumir o papel de defensor da criança. [...] a família também deve receber orientações e tratamento para não chegar a um desgaste emocional, que poderá comprometer o acompanhamento da criança em sua rotina.



O professor deve ser um agente que promova a mudança no ambiente escolar, assim como deve estar aberto à interação entre todos os funcionários da escola.

Lira (2004, p. 13) narrou que “[...] torna-se relevante formar educadores com uma visão mais integral do ser humano, que veja o outro como ser potencial de aprendizagem, ainda que, e por muitas vezes, essas só signifiquem aquisições funcionais de convivência com pessoas e formação de hábitos básicos.”

Lira (2004), através de alguns estudos sobre o tema, disse que, no geral, as propostas em relação ao ensino dos alunos autistas têm como principal objetivo que o planejamento do ensino seja estruturado individualmente, ou seja, é necessário que o professor reconheça especificidades de cada aluno. Como já foi salientado, o desenvolvimento dos alunos autistas não é o mesmo.

Partindo dos limites para as possibilidades no autismo, algumas proposições são feitas no sentido de pensar um ensino específico para uma população específica, através de um comprometimento de todos, o que implica um envolvimento de toda escola, dos professores, funcionários, alunos e pais. [...] Não há, portanto, como pensar uma filosofia escolar e estrutura diária sem levar em consideração o conhecimento desses alunos, caso contrário, estaremos planejando para alunos ideais e não reais. [...] A forma de organização do trabalho, número de atividades e horários são específicos para cada educando. Contudo, algumas possibilidades são comuns em todas as propostas: o ensino da linguagem, o uso de comunicações alternativas como o suporte visual, a estruturação dos ambientes e a introdução de técnicas de modificação de comportamentos em contextos fechados e em situações naturalísticas (LIRA, 2004, p. 55-56).

Assim, considerando algumas particularidades das pessoas com autismo, as principais são, sem dúvida, a questão da linguagem e da interação social, que em um contexto escolar se torna um desafio. Portanto, é necessário que em sala de aula, além do trabalho do professor regente, haja também a presença do professor de apoio e sala de recursos multifuncionais.

Graças à política de inclusão (BRASIL, 2001), o Ministério da Educação (MEC) criou um projeto de implantação de sala de recursos multifuncionais nas escolas estaduais, que tem como principal objetivo apoiar os sistemas de ensino na oferta do atendimento educacional especializado, de forma a complementar ou suplementar o processo de escolarização, conforme previsto no inciso V do artigo 8º da Resolução CNE/CEB nº 2/2001 (BRASIL, 2001, p. 72): “Serviços de apoio pedagógico especializado em salas de recursos, nas quais o professor especializado em educação especial realize a complementação ou suplementação curricular, utilizando procedimentos, equipamentos e materiais específicos”.



Gonçalves (2010) expôs que há várias propostas em relação ao ensino de crianças com autismo, mas também reconhece a dificuldade, por isso propõe que haja uma assistência educativa mais rigorosa, principalmente porque o autista terá mais resistência na adaptação do espaço escolar, pois é um local novo e por isso pode demorar interagir com os colegas.

“Supõe-se, então, que o professor deve dar para esta criança uma primeira tarefa, em que ela possa realizar e, desta forma, obter a atenção para tal atividade, e, somente após ter sua atenção propor outras tarefas, [...] observando suas limitações.” (GONÇALVES, 2010, p. 32).

Gonçalves (2010) destacou ainda a importância dos professores e demais profissionais da escola, que eles sejam facilitadores da aprendizagem dos alunos autistas. Aqui é importante dizer que os alunos autistas não devem ser excluídos de nenhuma atividade proposta em sala de aula e nem mesmo na escola de uma maneira em geral. O que o professor deve fazer é adaptar a atividade proposta de uma maneira que todos possam participar e fazer com que os demais alunos ajudem na execução das propostas com o aluno autista. E assim ele se sentirá acolhido.

Gonçalves (2010) relata que, apesar da importância de a escola promover a interação entre os alunos autistas e demais alunos, é necessário também que o corpo docente se preocupe com sua formação, ou seja, com o aprendizado do aluno autista. Ele deve aprender todo conteúdo que é planejado e ministrado para os demais alunos em sala de aula, respeitando a assimilação deste conteúdo no tempo do aluno e adaptando assim o cotidiano na sala de aula.

Vale destacar que é necessário promover reuniões com os pais, pois infelizmente ainda há muito preconceito deles em relação a seus filhos estudarem na mesma sala que uma criança autista. Muitos pais acreditam que o desenvolvimento dos seus filhos será prejudicado, uma vez que talvez os alunos autistas não possuam o mesmo ritmo de assimilação do conteúdo.

É preciso desmistificar os preconceitos dos pais, fazer com que eles entendam que esses alunos são capazes de assimilar, entender e, principalmente, compartilhar conhecimento e experiências com os demais alunos da turma. Por isso, é preciso que a escola esteja pronta para receber os pais de todos os alunos e repassar algumas proposições sobre a educação inclusiva, sobre o diagnóstico do autismo e outras



deficiências, assim como apresentar aos pais desses alunos a flexibilidade e adaptação dos conteúdos.

Aqui, destaca-se mais uma vez o papel da escola nesse sentido, já que é preciso planejamento e um trabalho coletivo na inclusão escolar. É necessário que todos participem da elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola e que nele seja discutido desde questões de infraestrutura da escola para melhor receber alunos com deficiência, como adaptação de conteúdos e várias estratégias de ensino que contemplem todos os alunos, bem como propostas de discussão da diversidade.

Outro aspecto relevante é a formação específica do professor, pois isso o ajudará realizar um melhor trabalho com os alunos autistas.

Para finalizar seu argumento, Gonçalves (2010) descreveu que o professor também deve assumir o papel de incentivador dos alunos autistas, deve estar atento às principais necessidades de cada aluno e assim estimular o desenvolvimento, prestando atenção no que cada aluno tem mais facilidade e empatia. Nesse sentido, é importante trabalhar com os alunos autistas com materiais que sejam contextualizados, para que eles consigam se expressar de uma maneira melhor e para que o professor entenda o que de fato a criança está conseguindo absorver de conhecimento.

Gonçalves (2010) finalizou sua análise sobre a educação de alunos autistas salientando que eles não devem ser vistos apenas a partir de suas limitações, ou seja, acredita-se que são essas limitações que fazem com que os professores e os pais dos outros alunos tenham um certo tipo de preconceito com a inclusão de alunos autistas na sala de aula. A autora disse que, por isso, é necessário que haja um conhecimento cada vez maior sobre essa deficiência, mas é preciso lembrar que ela não define a personalidade e a subjetividade do aluno. Tanto os professores quanto os demais alunos da sala de aula podem aprender muito com alunos autistas. A troca de experiências torna-se assim a principal integração que a escola deve promover no dia a dia para que a inclusão tenha êxito no contexto escolar.

É importante ressaltar que não há fórmulas prontas para o ensino e aprendizado de alunos autistas, pois, como já foi salientado, cada deficiência possui suas características e cada aluno possui uma subjetividade e uma vivência e, claro, a forma como os pais lidam com a deficiência ajuda muito a formar a personalidade dos seus filhos. Por isso, uma metodologia que funciona com um aluno com autismo pode não



funcionar com outro aluno com a mesma deficiência. Mas, acredita-se que há uma palavra importante que pode servir de estratégia para os professores e para a comunidade escolar no processo de inclusão do aluno com deficiência: interdisciplinaridade.

A interdisciplinaridade nesse caso é um exercício que deve ser praticado por todos integrantes da escola, principalmente pelo corpo docente. É preciso que todos os professores desenvolvam projetos e trabalhem juntos neles, no sentido de ofertar novas formas de desenvolvimento tanto dos alunos autistas, como de todos os alunos.

Menezes (2016) mostrou como a dança promove melhorias nas inter-relações entre os alunos e ajuda a melhorar as atividades dos alunos autistas. A dança, nesse sentido, atua como apoio pedagógico, melhorando a interação social e o cotidiano escolar dos alunos autistas.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997, p. 39), específico do ensino de arte para o ensino fundamental, trazem algumas contribuições da arte de uma forma em geral, como teatro e dança, no desenvolvimento das crianças:

Expressar e saber comunicar-se em artes mantendo uma atitude de busca pessoal e/ou coletiva, articulando a percepção, a imaginação, a emoção, a sensibilidade e a reflexão ao realizar e fruir produções artísticas; interagir com materiais, instrumentos e procedimentos variados em artes (Artes Visuais, Dança, Música, Teatro), experimentando-os e conhecendo-os de modo a utilizá-los nos trabalhos pessoais; edificar uma relação de autoconfiança com a produção artística pessoal e conhecimento estético, respeitando a própria produção e a dos colegas, no percurso de criação que abriga uma multiplicidade de procedimentos e soluções; compreender e saber identificar a arte como fato histórico contextualizado nas diversas culturas, conhecendo respeitando e podendo observar as produções presentes no entorno, assim como as demais do patrimônio cultural e do universo natural, identificando a existência de diferenças nos padrões artísticos e estéticos; observar as relações entre o homem e a realidade com interesse e curiosidade, exercitando a discussão, indagando, argumentando e apreciando arte de modo sensível; compreender e saber identificar aspectos da função e dos resultados do trabalho do artista, reconhecendo, em sua própria experiência de aprendiz, aspectos do processo percorrido pelo artista; buscar e saber organizar informações sobre a arte em contato com artistas, documentos, acervos nos espaços da escola e fora dela (livros, revistas, jornais, ilustrações, diapositivos, vídeos, discos, cartazes) e acervos públicos (museus, galerias, centros de cultura, bibliotecas, fonotecas, videotecas, cinematecas), reconhecendo e compreendendo a variedade dos produtos artísticos e concepções estéticas presentes na história das diferentes culturas e etnias.

Nota-se que a dança ajuda na relação entre os indivíduos, na autoconfiança deles, permite o conhecimento de outras culturas e influências, auxilia no seu desenvolvimento físico.

Menezes (2016) afirmou que a dança proporciona ao aluno autista o desenvolvimento e o equilíbrio gestuais, a melhora na sua qualidade de vida e



coordenação motora, além do auxílio no movimento e no desenvolvimento da habilidade rítmica, o que pode levar o aluno a se interessar por música, pela prática de algum instrumento, dentre outras atividades.

Menezes (2016, p. 4) diz que além da dança auxiliar os alunos autistas no seu condicionamento físico, na arte da imitação, também abrange a questão do lúdico:

A questão do Lúdico, pois aprender brincando é muito mais significativo para a criança, e também mais prazeroso ao educador. [...] As crianças autistas possuem total capacidade de aprendizagem e desenvolvimento dentro de suas limitações próprias na dança, quando o educador conseguir repassar de forma coerente, certamente no decorrer do tempo perceberá uma evolução na criança.

Como foi dito por Menezes (2016), a dança exige um envolvimento de toda equipe escolar. E ele conclui seu argumento dizendo que quando a escola adere às aulas de dança para auxiliar no desenvolvimento dos alunos autistas, ela estará promovendo um espaço de construção de conhecimento que vai além da sala de aula, e faz com que os indivíduos acreditem no seu potencial, tornando-se seres criativos e mais imaginativos.

Enfim, é preciso que a escola desenvolva os alunos em todos os aspectos, cognitivos, artísticos, éticos e, principalmente, que ensine no dia a dia o quão importante é o respeito à diversidade em todos os seus aspectos.

3 METODOLOGIA

Para a elaboração deste trabalho foi utilizada a pesquisa bibliográfica, por meio de livros, sites confiáveis e documentos que tratam das políticas públicas da educação nacional.

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc. [...] Dessa forma, a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras (LAKATOS; MARCONI, 2010, p.166).

Diante de tal situação, este trabalho visa abordar por meio da metodologia e sendo imprescindível para uma boa produção, os caminhos técnicos e científicos que apontam para uma análise bibliográfica de vários autores que tratam do assunto referente à inclusão do aluno com autismo no contexto escolar no Ensino Fundamental de forma clara, relacionando as várias propostas de políticas públicas com o intuito de minimizar o problema em questão.



Para Barros e Lehfeld (2000, p. 4) “a metodologia indica o caminho a ser percorrido detectando os problemas que são propostos e levantando as hipóteses da pesquisa, porém vale mais o conhecimento que manejo dessa instrumentação para o trabalho científico”.

Ainda em se tratando desse assunto, Lakatos (2003, p. 17) “considera a metodologia científica, mais do que uma disciplina, significa introduzir o discente no mundo dos procedimentos sistemáticos e racionais, base da formação tanto do estudioso quanto do profissional, pois ambos atuam, além da prática, no mundo das ideias”.

De acordo com Barros (2000, p.1) “a metodologia é entendida como uma disciplina que se relaciona com a epistemologia. Consiste em estudar e avaliar os vários métodos disponíveis, identificando suas limitações ou não em nível das implicações de suas utilizações”.

Dessa forma, a metodologia é importante, pois direciona o pesquisador em relação às novas descobertas, buscando sempre conhecer a literatura de várias autoridades no assunto. Assim, o pesquisador consegue embasar seus argumentos em um ponto de vista e defender a temática proposta em sua pesquisa.

Quando o investigador se propõe a pesquisar determinado tema é preciso relacioná-lo às finalidades, seja de ordem intelectual ou prática. Assim, o presente estudo é de ordem intelectual, pois segundo Andrade (1999, p. 104-105) “o objetivo da pesquisa é alargar o saber para satisfazer o desejo de adquirir conhecimentos, denominada ‘pura’ ou ‘fundamental’ é realizado por cientistas e contribui para o progresso da ciência”.

Já a de ordem prática tem o objetivo de atender às exigências da vida moderna, contribuindo para fins práticos, pela busca de soluções para problemas concretos, denomina-se pesquisa “aplicada”.

Portanto, o presente estudo quanto à finalidade é de ordem intelectual porque busca alcançar o saber e ampliar os conhecimentos já adquiridos em relação à inclusão do aluno autista no contexto escolar no Ensino Fundamental.

No que tange à tipologia da pesquisa, as investigações podem ser classificadas quanto à natureza, objeto, objetivos e procedimentos. Quanto à natureza, pode ser resumo de assunto ou trabalho científico, sendo que o primeiro deles é um tipo de pesquisa que dispensa a originalidade, mas não o rigor científico.

Já o segundo, ou seja, o trabalho científico original é entendido quando:



Uma pesquisa é realizada pela primeira vez, que venha a contribuir com novas conquistas e descobertas para a evolução do conhecimento científico. Naturalmente, esse tipo de pesquisa é desenvolvido por cientistas e especialistas em determinada área de estudo (ANDRADE, 2007, p. 111).

Ainda de acordo com a autora mencionada acima:

O resumo de assunto é um tipo de pesquisa que contribui para a ampliação da bagagem cultural do estudante, preparando-o para, futuramente, desenvolver pesquisas mais amplas e trabalhos originais. Esse tipo de pesquisa é mais comum nos cursos de graduação (ANDRADE, 2007, p. 112).

Deste modo, essa pesquisa é embasada no resumo de assunto, pois busca conhecimentos em vários autores que escreveram sobre o tema evidenciado, em trabalhos mais avançados, procurando analisar os fatos e as ideias apresentadas. Esse tipo de pesquisa tem o objetivo de preparar o discente no sentido de ampliar seus conhecimentos e também para que ele no futuro possa desenvolver outras pesquisas.

A pesquisa em questão quanto aos objetivos, aos procedimentos e ao objeto é bibliográfica, sendo esta:

O primeiro passo de todo trabalho científico tendo como finalidade proporcionar maiores informações sobre determinado assunto de um tema de trabalho, definindo os objetivos ou formulando as hipóteses de uma pesquisa, ou descobrindo novo tipo de enfoque para o trabalho que se tem em mente (ANDRADE, 2007, p. 112).

Dessa forma, o trabalho proposto justifica-se pela inquietação quanto a inclusão do aluno autista no contexto escolar do Ensino Fundamental e, apesar desse tema já ter sido pesquisado por autores de notória relevância, ainda há muitos questionamentos sem respostas.

Um deles é a dúvida em relação à aplicabilidade das políticas públicas na inclusão do deficiente na sociedade brasileira, quer seja na escola ou em outro contexto social. Pois na prática, ainda há muita discriminação com esse público e isso provoca distorções do que é proposto legalmente. Este foi o motivo pelo qual surgiu a inquietação para pesquisar a temática do artigo supracitado.

Assim, esta pesquisa bibliográfica está teoricamente fundamentada com base nas contribuições dos pesquisadores e autores renomados, que abordam o tema referente à inclusão dos alunos autistas no ensino fundamental, destacando-se Menali (2015), Gonçalves (2010), Menezes (2016), entre outros.

Com o intuito de assegurar a fundamentação teórica desta pesquisa, algumas ponderações foram elencadas sobre a educação especial, numa perspectiva das políticas



públicas que apresentam as características e os conceitos a respeito da inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista no ensino fundamental.

4 CONCLUSÃO

Esta pesquisa visou a problematização e a discussão no que tange ao processo de inclusão no contexto escolar, especificamente de alunos com Transtorno do Espectro Autista nas redes regulares do ensino fundamental.

É necessário que os alunos com autismo sejam tratados como indivíduos que têm direitos e deveres, bem como sujeitos que trazem sua contribuição crítica e social para as salas de aula que frequentam, inclusive ajudando no ensino e aprendizagem dos demais colegas da turma.

É indispensável haver prioridades nas políticas públicas, de tal forma que permitam que a inclusão seja uma realidade. Deve-se empreender projetos educacionais e investir na formação continuada de professores, a fim de que estes estejam preparados para trabalhar com os alunos que apresentam algum tipo de deficiência.

Conforme salientado anteriormente, as escolas devem rever vários aspectos, como o Projeto Político Pedagógico, a infraestrutura, a socialização e o tratamento com todos os alunos com deficiência.

Portanto, é de suma importância a tarefa de reestruturação de uma escola inclusiva de verdade, onde o respeito às diversidades e a cooperação mútua ocorra de fato, pois quando a unidade escolar propõe a trabalhar com a inclusão, ela tem que propiciar meios para tal, desde a conscientização e aceitação do corpo docente e discente com os deficientes, pois eles têm o direito de ser respeitados e tratados como cidadãos.

5 REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. Margarida. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1999.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: http://www.clinicajorgejaber.com.br/2015/estudo_supervisionado/dsm.pdf. Acesso em: 24 mai. 2020.



BARROS, A. J. S. e LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de metodologia**: um guia para a iniciação científica. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira. **Fundamentos de metodologia científica**. 2. ed. ampliada. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.

BRASIL. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2020.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**: arte. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1989. (Coleção polêmicas do nosso tempo).

GONÇALVES, Mariana. **Compreendendo o autismo a partir de diferentes olhares**. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia) – Faculdade Cenequista de Capivari, Capivari, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos da metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIRA, Solange Maria. **Escolarização de alunos autistas**: Histórias de sala de aula. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Humanidades Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

MENALI, Sabrina Marques Garcia. **Autismo e professor**: desafios educacionais e reflexões no processo de inclusão. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

MENEZES, Simone Santana. A importância da dança para desenvolvimento de alunos com Transtornos do Espectro Autista (TEA). **Revista Acadêmica Online**, São Paulo, 2016. ISSN 2359-5787. Disponível em: <http://m.revistaacademicaonline.com/products/a-importancia-da-danca-para-desenvolvimento-de-alunos-com-transtorno-do-espectro-autista-tea/>. Acesso em: 25 mai. 2020.

POLI, A. C. P. **Revista do Projeto Pedagógico - II - Trabalhando com Alunos: Subsídios e Sugestões - 9. A Educação Especial na Educação Inclusiva**. [2020?]. Disponível em: http://udemo.org.br/RevistaPP_02_09AEducacaoEspecial.htm. Acesso em: 19 jul. 2020.